

Lembra-te que:

- “As pessoas têm diferentes expressões e identidades de género. Cada indivíduo tem o direito de definir a sua identidade e ser tratado de acordo com a mesma.” (TGEU, TOOLKIT)
- “A situação dos direitos humanos dos trabalhadorxs do sexo requer uma ação urgente” (TGEU, Sex Work Policy)
- O estigma leva a violações dos direitos humanos, algo que se reflete tanto na comunidade como no comportamento dxs indivíduos.
- Organizações Internacionais, como a OMS, a Comissão Global sobre HIV e Lei e a Amnistia Internacional propõem a descriminalização de todos os aspetos do trabalho sexual realizado por adultxs, pelas previsíveis barreiras que a criminalização cria aos direitos humanos dxs trabalhadorxs do sexo” (AI Policy on Sex Work 2016)
- Tráfico de seres humanos e exploração sexual não são sinónimos de trabalho sexual. Constituem fenómenos diferentes e não devem ser confundidos e associados.
- Ser trans não é um diagnóstico médico, trata-se de uma característica da identidade de género dxs indivíduos.
- Durante a 72ª Assembleia Mundial de Saúde, que teve lugar entre 20 e 28 de maio de 2019, a OMS removeu oficialmente o Capítulo sobre Desordens Mentais e Comportamentais da Classificação Internacional de Doenças – 11ª Revisão (CID-11). Este marco declara de forma oficial e formal a despatologização das identidades trans.

Fact Box:

- 88 % das pessoas trans vítimas de homicídio na Europa são trabalhadorxs do sexo (TGEU 2017)
- 43% das pessoas trans vítimas de homicídio são trabalhadorxs do sexo migrantes (TGEU 2017)
- 33% reportaram pelo menos uma experiência negativa com pessoal médico ou com equipas de saúde (Transgender Survey 2015)
- Na União Europeia, apenas 7 estados introduziram leis antidiscriminação que protegem xs indivíduos da discriminação baseada na expressão de género. (TGEU 2019)
- 86% dos TST nos EUA reportaram ter sido assediadxs, atacadxs, abusadxs sexualmente ou, de alguma forma, maltratadxs pela polícia. (TGEU 2017)



A FAZER:	A EVITAR:
Respeita. Mesmo que não tenhas muito conhecimento sobre identidade de género, todos os indivíduos merecem ser respeitadxs.	Evita elogios ou comentários baseados em estereótipos ou referentes à identidade de género (e.g. “Pareces uma mulher a sério!”).
Tenta usar linguagem que as pessoas trans usam. São as pessoas trans que sabem qual a linguagem que mais se adequa a si.	Não chames ninguém pelo nome que consta no documento de identificação sem perguntares primeiro. Em caso de dúvida, usa o apelido.
Cuidado com as palavras que usas. Respeita, em particular, os termos aplicados pelxs indivíduos TST quando se referem aos seus genitais.	Não faças questões íntimas (e.g. cirurgia de redesignação genital) se não for estritamente necessário.
Pondera as questões que colocas.	Não patologizes os corpos e identidades trans.
Reconsidera a inclusão do género em documentos e formulários. Será mesmo necessário? Se sim, considera deixar um espaço em branco para que as pessoas possam preencher, ao invés de dar opções.	Não faças suposições quanto à identidade de género, preferências sexuais ou orientação sexual. Se precisas de mais informações, pergunta.
Pergunta a cada pessoa que pronomes relativos ao género deves usar, bem como se aceita que estes se reflitam nos registos escritos.	Não uses o nome atribuído à nascença (nome morto). Fazê-lo de forma intencional é um ato de humilhação e agressão.
Respeita os princípios de privacidade e confidencialidade.	Não perpetues o estigma sofrido pelxs TST com suposições moralistas.
Procura garantir que os serviços destinados a trabalhadorxs do sexo trans não são negados, adiados ou referidos desnecessariamente. A qualidade do serviço deve ser igual à do prestado a outros clientes.	Não diminuas TST à realização ou não de cirurgia de redesignação genital. Não reduzas TST a linguagem discriminatória e patologizante como MtF (Male to Female) ou outros.
Caso cometas um erro, faz parte das boas práticas reconhecê-lo, pedir desculpa e perguntar o que deves dizer como alternativa.	Não insistas em check-ups clínicos ou consultas médicas. Não assumas que as necessidades dxs TST se resumem a cuidados de saúde.
Sinaliza de forma visível, na entrada ou na sala de espera, que todos os géneros são bem-vindos.	Não coloques entraves ao uso da casa-de-banho consoante o género com que a pessoa se identifica.
Avalia, junto de TST, a necessidade de criar um espaço seguro onde possam encontrar-se, reunir e discutir as suas necessidades.	
Apoia publicamente a descriminalização do trabalho sexual, sobretudo em declarações públicas documentadas.	
Se possível, procura que o pessoal técnico e os recursos sejam plurilinguísticos.	
Procura garantir que os teus recursos (materiais informativos, etc.) são inclusivos para pessoas trans.	
Considera a inclusão de pares nos teus serviços.	
Respeita a autonomia dxs trabalhadorxs do sexo Trans.	



Para mais informações, por favor contacte a entidade coordenadora:

APDES | Agência Piaget para o Desenvolvimento
Arcozelo, Vila Nova de Gaia - Portugal
T. +351-227-531-106/7 | M. +351-939-406-020
portog@apdes.pt

